

A. I. N° - 130610.0013/00-0
AUTUADO - TIMEANTUBE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
AUTUANTE - EDMUNDO NEVES DA SILVA
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 28/05/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0161-03/02

EMENTA: ICMS. 1. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. SUPRIMENTO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Presunção não elidida. **2.** LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. A diferença das quantidades de entradas de mercadorias, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques, indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. Corrigidos erros no levantamento, o que reduz o valor do imposto exigível. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração de 13/09/2000 exige ICMS no valor de R\$11.654,83 em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na Conta “Caixa”, no valor de R\$ 5.581,08;
2. Falta de recolhimento do imposto pela presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, anteriormente efetuadas, sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração, o que autoriza a cobrança de imposto decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, caracterizando a existência de saídas não contabilizadas, empregadas no pagamento das citadas entradas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadoria em exercício fechado, no valor de R\$ 6.073,75.

O autuado ingressa com defesa, fls.52 a 53, e aduz que o valor da base de cálculo apurada pelo auditor resultou da diferença, entre o valor total das vendas de R\$ 7.944,95, devidamente registradas no livro de saídas de mercadorias e das compras no montante de R\$ 15.869,27, igualmente registradas no REM, acrescidas das despesas anuais no montante de R\$ 14.400,00, relativo a aluguéis, pró-labore, e despesas diversas. Ressalva que o estabelecimento auditado refere-se a uma filial da empresa, que à época estava localizada na Alameda do Sol, s/n°, portanto em endereço diferente do atual, tendo funcionado naquele endereço até o mês de março

de 1996, ficando desativada até o mês de março de 1997, voltando a operar em abril de 1997, já no atual endereço, conforme demonstrado através das cópias anexas dos Livros de Registro de Entrada e Saída de Mercadoria. Informa que no antigo endereço operava com mercadorias de vestuário, bijuterias e perecíveis, enquanto que na reabertura no atual endereço passou a operar com jóias. Assevera que a filial somente operou por três meses e o pró-labore dos sócios é de responsabilidade da matriz, e que o valor das despesas de R\$ 14.400,00 apurado pelo auditor está super estimado, afetando significativamente a base de cálculo, vez que foi determinado para o período de 01/01/96 a 31/12/96. Reclama da alíquota de 25% aplicada quando o correto seria de 17%. Reconhece como devido o valor de R\$ 1.857,13 correspondente ao período de funcionamento da filial de janeiro a março de 1996.

Quanto à infração 2, informa que a filial voltou a operar em 01/04/97, com nova atividade de venda de jóias, tendo efetuado sua primeira compra em 07/04/97 através da nota fiscal 058 de Stern Jóias Ltda, cópia anexa que está escriturada no REM, mas que esta somente foi localizada após a conclusão dos trabalhos de fiscalização.

O autuante presta informação fiscal, fl. 125, e rebate os argumentos relativos à infração 01, considerando que nada têm a ver com a infração. Diz que deve ser levada em consideração a nota fiscal nº 58, apresentada após a lavratura do Auto de Infração.

O presente PAF foi diligenciado à Infaz de origem, para que o autuante verificasse a procedência dos argumentos da defesa, com relação à infração 01, e com relação à infração 2, que o autuante elaborasse novo levantamento fiscal, fazendo constar a nota fiscal nº 058.

Tendo em vista o retorno do PAF, sem que o autuante cumprisse a diligência, o então relator novamente o diligenciou, à Infaz Simões Filho pedindo que fosse elaborado o levantamento de estoques, já solicitado anteriormente, e seu demonstrativo de débito.

Novo demonstrativo de estoques é juntado, à fl.138 do PAF, resultando no total de R\$ 12.907,52 de base de cálculo nas entradas (infração 02).

O autuado cientificado dos novos valores, não se manifestou.

Esta 3ª JJF, entendendo que na infração 01 ainda persistiam dúvidas, deliberou que o presente PAF fosse diligenciado à ASTEC, para que fiscal estranho ao feito verificasse no exercício de 1996, que espécie de mercadorias o autuado comercializava; com base na escrituração do Livro Registro de Inventário, das notas fiscais de aquisições de mercadorias e das notas fiscais de saídas. Também que analisasse o livro “Caixa”, para esclarecer se as despesas correspondem aos desembolsos efetuados no período, e se o pró-labore foi pago pela matriz e não por esta filial.

Em atendimento ao solicitado, o diligente prestou as seguintes informações:

1. que o autuado foi intimado duas vezes, em 07/02/2002 e em 19/02/2002, para que fornecesse a documentação necessária ao cumprimento da diligência, mas não apresentou a maior parte da documentação solicitada.
2. Que dentre a documentação não fornecida inclui-se o livro Caixa e as notas fiscais (de entrada e de saída), referentes ao exercício de 1996.
3. Diz que a especificação das mercadorias comercializadas pelo autuado em 1996, deve ter como base o RI de 1995.
4. Juntou cópia do RI de 1995 e de 1996.

5. Restou prejudicado a análise do item 2, pois não foi apresentado o livro Caixa.
6. Ressalva que em ambas as intimações foi solicitado de forma expressa que o contribuinte apresentasse a documentação que pudesse comprovar, “que o pró-labore dos sócios da empresa se deu com recursos da empresa matriz e não com a filial”.

As partes intimadas do resultado da diligência não se manifestaram.

VOTO

No presente Auto de Infração foram apuradas duas irregularidades. A primeira diz respeito à existência de saldo credor na Conta “Caixa”, originado pelo fato do contribuinte ter deixado de contabilizar pagamentos efetuados, tais como o pró-labore dos sócios e o valor de despesas diversas.

A defesa reconhece como devido o valor de R\$ 1.857,13 correspondente ao período de funcionamento da filial de janeiro a março de 1996, contudo não aponta objetivamente quais erros poderiam ter sido cometidos pelo autuante no lançamento. Ficou configurada a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, pois comprovado o ingresso de recursos para fazer frente a diversos pagamentos sem comprovação de sua origem. Neste sentido o § 4º, do art. 4º, da Lei 7.014/96, preconiza que o fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimidos a caixa não comprovados ou a manutenção no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção. Como o autuado não comprovou a origem dos recursos, nem comprovou que o pró-labore dos sócios não foi pago por este estabelecimento, mas sim pela matriz, como invoca em sua razão de defesa, entendo que é devido o valor originariamente exigido de R\$ 5.581,08.

A infração 2 é relativa à falta de recolhimento do imposto pela presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, anteriormente efetuadas, sem a emissão de documentos fiscais e, consequentemente, sem a respectiva escrituração, o que autoriza a cobrança de imposto decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, apurada através de levantamento quantitativo de estoques.

Diligente fiscal refaz o levantamento e conclui, considerando a nota fiscal nº 058, que o total de base de cálculo do ICMS é de R\$ 12.907,52 e ICMS de R\$ 3.226,88, à alíquota de 25%. Contudo da análise dos livro Registro de Inventário verifico que no período correspondente ao levantamento quantitativo (exercício de 1996 até 31/12/97) o autuado já comercializava com jóias, conforme levantamento quantitativo de estoques, fl. 14. Deste modo, entendo que está correto o valor de R\$ 3.226,88, apontado pelo diligente.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **130610.0013/00-0**, lavrado contra **TIMEANTUBE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para

efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 8.807,96**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70 %, prevista no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de maio de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR